

Working Paper CEsA CSG 148 / 2016

GUINÉ-BISSAU: A EVOLUÇÃO 2010- 2016

Carlos SANGREMAN, Fátima PROENÇA e
Luís Vaz MARTINS

Resumo

Este texto foi produzido para um Working Paper sobre os Direitos Humanos (DH) na Guiné – Bissau no âmbito do projeto Observatório de Direitos e como ficou demasiado extenso os autores decidiram individualizá-lo e apresentar no referido WP uma versão mais reduzida. Apresenta o contexto de instabilidade institucional e política que se vive no país, procurando traçar cenários possíveis para um futuro próximo, já que dificilmente o Estado terá acesso a recursos para realizar de eleições gerais antecipadas clarificadoras da situação e que tenham por base um compromisso político/constitucional que previna a repetição da situação atual. As fontes são escritas e orais, desde documentos oficiais dos órgãos de soberania, partidos e organizações da sociedade civil até entrevistas e conversas informais em Bissau. Mas saliente-se que desde há muitos anos dois dos autores trabalham em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em particular sobre a Guiné-Bissau e o terceiro autor é guineense, vive e intervém civicamente no país, pelo que a sua capacidade conjunta de compreender os eventos é uma mais-valia para tal análise.

Palavras-chave Estado frágil, Guiné-Bissau, Direitos Humanos

Abstract

This text was produced for a Working Paper on Human Rights (DH) in Guinea - Bissau within the scope of the Observatory of Rights project and because it was too long the authors decided to individualize it and present a smaller version in that WP. It presents the context of institutional and political instability in the country, trying to outline possible scenarios for the near future, since the State will hardly have access to resources to carry out early general elections that clarify the situation and that are based on a political / Constitutional agreement that prevents a repetition of the current situation. The sources are written and oral, from official documents of sovereign bodies, parties and civil society organizations to interviews and informal talks in Bissau. But it

should be pointed out that for many years two of the authors have been working on research and development projects, particularly on Guinea-Bissau, and the third author is Guinean, lives and intervenes in the country, for which his joint capacity to understand the is an asset to such an analysis.

Keywords Fragile State; Guinea-Bissau, Human Rights

Résumé

Ce texte a été produit pour un Working Paper sur les Droits Humains (DH) en Guinée - Bissau au sein du projet Observatoire des Droits et comme il était trop long, les auteurs ont décidé de l'individualiser et présenter dans le WP une version plus courte. Il présente l'instabilité institutionnelle et la politique qui existe dans le pays, cherchant à attirer les scénarios possibles pour l'avenir proche, car à peine l'Etat aura accès à des ressources pour mener des élections générales anticipées de clarification de la situation et basés sur un engagement politique / constitutionnelle pour éviter une répétition de la situation actuelle. Les sources sont écrites et orales, des documents officiels des organes de l'État, les partis politiques et les organisations de la société civile et des entretiens et conversations informelles à Bissau. Mais il convient de souligner que, pour de nombreuses années deux des auteurs travaillent dans des projets de recherche et de développement, en particulier sur la Guinée-Bissau, et le troisième auteur est guinéen, vit et intervient civiquement dans le pays. Son ensemble comme équipe est une plus-value pour l'analyse prétendue.

Mots-clés État fragile, Guinée-Bissau, Droits Humains

WORKING PAPER / DOCUMENTO DE TRABALHO

*O CEsA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

O **CEsA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina** é um centro de investigação que se tem dedicado ao estudo do desenvolvimento económico, social e cultural dos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, com especial ênfase no estudo dos países de língua oficial portuguesa, China e Ásia-Pacífico. Além disso, promove a investigação noutros tópicos, teóricos e aplicados, dos estudos de desenvolvimento noutras regiões, tentando promover uma abordagem multidisciplinar e uma interligação permanente entre os aspetos teóricos e aplicados da investigação.

O **CEsA** está atualmente integrado no **CSG - Investigação em Ciências Sociais e Gestão**, um consórcio de I&D criado em 2013 no ISEG por quatro dos seus centros de investigação - ADVANCE, CEsA, GHES e SOCIUS. Classificado como “Excelente” no âmbito do último processo de Avaliação de Unidades de I&D promovido pela FCT, o CSG conta com mais de 200 investigadores, incluindo professores do ISEG, docentes de outras escolas, investigadores independentes, bolseiros de pós-doutoramento e estudantes de doutoramento. As atividades do CSG fornecem um enquadramento de alto nível para a investigação e o ensino, tanto a nível nacional como internacional.

O CEsA participa ativamente nas atividades de ensino do ISEG, nomeadamente, no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional e no Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento / *Development Studies*, fundamentalmente a dois níveis: através do apoio que dá a esses cursos e da lecionação, pelos seus membros, de várias unidades curriculares, bem como da supervisão de teses e dissertações finais dos alunos. Organiza, igualmente, seminários e conferências ao longo de cada ano letivo, separadamente ou em colaboração com o Mestrado e o Doutoramento.

A internacionalização é também um objetivo importante e que tem sido perseguido através da participação em redes internacionais e programas conjuntos de investigação, bem como na criação de incentivos para ajudar os seus investigadores a aumentar o número de publicações em revistas internacionais de reconhecido mérito.

OS AUTORES

Carlos SANGREMAN é licenciado em Economia no ISEG da Universidade de Lisboa e doutorado em Estudos Africanos em Ciências Sociais, no ISCTE, com uma tese sobre o bem-estar num Estado frágil (a Guiné-Bissau, 2003), técnico superior no INE, consultor internacional desde 1985 até ao presente, com missões em todos os PALOP e Timor Leste para Organizações Internacionais como o Banco Mundial, PNUD, OIM e União Europeia e países como Portugal, Suécia, Cabo Verde e Guiné Bissau. Entre 1986 e 1987 foi assessor para a estatística do Ministro do Plano da Guiné – Bissau, e entre 1998 e 2003 assessor do Ministro da Solidariedade e Segurança Social para a organização do Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento e entre 2008 e 2012 assessor do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, para dinamizar o Fórum da Sociedade Civil para a Cooperação para o Desenvolvimento. Investigador responsável de projetos com financiamento público e privado, nacional e internacional, autor, co-autor e coordenador de livros, capítulos de livros e artigos em revistas. Adquiriu ao longo dos anos um profundo conhecimento da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento portuguesa e é atualmente Professor Auxiliar aposentado da Universidade de Aveiro, e coordenador do curso a distancia “Introdução à Cooperação Internacional” leccionado na mesma universidade em articulação com o Camões, ICL. Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Investigador e atual vice-presidente no Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CESA), unidade de investigação que integra o consórcio CSG – Investigação em Ciências Sociais e Gestão na Universidade de Lisboa.

Fátima PROENÇA é diretora da Organização Não Governamental Associação para a Cooperação entre Povos (ACEP), com frequência do curso de economia do ISEG (1971/74) tem uma larga experiência como profissional da Cooperação para o Desenvolvimento desde 1983 em todos os PALOP, Timor e Brasil em trabalho de reforço das organizações não-governamentais daqueles países. Foi presidente da Plataforma das ONGD portuguesas e tem sido coordenadora e/ou autora de projetos de cooperação para o desenvolvimento e de educação para o desenvolvimento. Tem participado em livros, feito comunicações e artigos de revistas regularmente sendo os últimos “Cooperação descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos –os casos de Cabo Verde e Guiné-Bissau”, coautoria, 2009, “Entre o entretenimento e a assistência”, apresentação ao Observatório de Africa e América Latina, Programa Futuro Próximo, Fundação Gulbenkian, 2011, “Eficácia das ONGD em todos os campos e latitudes”, ed. Plataforma portuguesa das ONGD, 2013, “Guiné-Bissau: 40 anos de impunidade”, coautoria, ed. LGDH, 2014, “Desafios – Uma história de Direitos”, coautoria e coordenação, ACEP, 2014. Distinguida com a Comenda da Ordem de Mérito por S. Exa. o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, em 1998, pela atividade de Cooperação para o Desenvolvimento com os PALOP.

Luís Vaz MARTINS, nascido em 1972, Bissau, licenciado em Direito, inscrito na Ordem dos Advogados da Guiné-Bissau, com vasta experiência na matéria dos direitos humanos e conhecedor do sector judiciário guineense. Actual responsável pelo projeto “Observatório dos Direitos” e “Casa dos Direitos”. Foi Consultor do Banco Mundial, Presidente da Liga Guineense do Direitos Humanos e Coordenador Nacional da Coligação sobre Transparência. Participou em co-autoria em vários relatórios sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau em especial: “Liga dos direitos humanos da Guiné Bissau (2013), Relatório sobre a situação dos direitos humanos, Bissau; Liga dos direitos humanos da Guiné Bissau (2008/2009), Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné Bissau, Bissau; Estudo sobre a impunidade com Pedro Rosa Mendes e Fátima Proença, 2013, Bissau; Relatórios sombra para as comissões especializada das Nações Unidas sobre a Guiné-Bissau, Estudo sobre a qualidade da Justiça na Guiné-Bissau, PNUD, com Carlos Sangreman e António Furtado dos Santos, 2015, Bissau.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACEP – Associação para a Cooperação entre Povos
ACNUDH – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos AD – Ação para a Democracia
AMIC – Associação dos amigos da criança
ANP – Assembleia Nacional Popular
BCEAO – Banco Central dos Estados da África Ocidental
CESA – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
DH – Direitos Humanos
DSP – Domingos Simões Pereira
DUDH-Declaração Universal dos Direitos Humanos
INE – Instituto Nacional de Estatística
JOMAV – João Mário Vaz
LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos
OHCHR - Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PM – Primeiro-Ministro
PRS – Partido da Renovação Social
PCD – Partido da Convergência Democrática
MP – Manifesto do Povo
PND – Partido da Nova Democracia
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAB – Sector Autónomo de Bissau
UE – União Europeia
UM – União para a Mudança
UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População
UNICEF – Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças
UNIOGBIS - United Nations Integrated Peace-Building Office in Guinea-Bissau
UNWomen – Nações Unidas Mulheres

INTRODUÇÃO

Este texto foi produzido para um *Working Paper* sobre os Direitos Humanos (DH) na Guiné-Bissau no âmbito do projeto “Observatório de Direitos”, proposto para financiamento pela Liga Guineense dos Direitos Humanos, pela ONGD portuguesa Associação para a Cooperação Entre Povos (ACEP) e pelo Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CESA/CSG) do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, em 2013 à União Europeia (Instrumento Europeu de Democracia e Direitos Humanos) e ao cofinanciamento da Cooperação Portuguesa, tendo sido aprovado e iniciado em Setembro de mesmo ano. O *Working Paper* é um dos resultados de uma candidatura ao concurso promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian e pelo Instituto Camões da Cooperação e da Língua, que distinguiu dois projectos da iniciativa de ONGD em colaboração com universidades.

Devido à sua extensão os autores decidiram autonomizar a parte da análise da situação no país num WP próprio e depois incluir uma versão mais sucinta no WP sobre o projecto.

O contexto analisado de instabilidade institucional e política que se vive no país, no período em análise (2010-2016), pretende enquadrar uma realidade de difícil compreensão para os observadores externos e mesmo para muitos dos entrevistados internamente ao país. Apesar dessa instabilidade, estes WP também demonstram que a Guiné – Bissau sendo classificada como um Estado em situação de fragilidade, sem recursos de acumulação, com instabilidade institucional, com uma baixa literacia geral, exposto a diversos tipos de tráfico, nomeadamente ao de droga e potencialmente às influências fundamentalistas que se reclamam de raiz muçulmana, tem aspetos na sua vida social e política de predomínio da liberdade (política e de imprensa, nomeadamente) e de respeito pela sociedade civil organizada que não se enquadram nas tipologias apresentadas pelas organizações internacionais que calculam índices de fragilidade¹.

E, basta pensar nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Mesmo sem tomar em conta a ditadura na Guiné Equatorial, em que outros países dos PALOP (Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe), Brasil e Timor, seria possível recolher o tipo de dados e documentar fotograficamente a situação dos

¹ E muito menos nas análises dos autores que querem ver as características de um Estado dependente do tráfico de drogas (narco-Estado) nesse país.

Direitos Humanos em escolas, prisões, esquadras de polícia, postos de saúde e hospitais, habitações e famílias com a liberdade e independência que os inquiridores do projeto Observatório realizaram nas regiões e em Bissau a partir de 2013 até 2016?

As fontes para este trabalho são orais através de muitas conversas mais ou menos estruturadas que fomos tendo ao longo destes anos com responsáveis estatais e da sociedade civil e com população em geral, da nossa observação direta, de *blogs* existentes sobre a política guineense, de páginas de *facebook* de divulgação de notícias, dos jornais guineenses e dos comunicados e discursos das chefias dos partidos, do presidente da República e de alguns representantes da comunidade internacional como o secretário-geral da ONU, o ex-presidente da Nigéria Olusegun Obasanjo, presidentes ou ministros de outros países e representantes das principais organizações multilaterais de cooperação, a UNIOGBIS, a União Africana, a União Europeia, a CEDEAO e a CPLP.

A SITUAÇÃO RECENTE ATUAL: A BANALIDADE DO CAOS

A política económica e social e o relacionamento entre os grupos sociais existentes na Guiné – Bissau nestes últimos 5 anos (2010-2015/16) tiveram alterações significativas que importa apontar para perceber em que contexto se desenvolve a acção das organizações que lutam pelos Direitos Humanos e, especificamente para este texto, a organização de um subsistema estatístico de produção de indicadores de Direitos Humanos.

A dificuldade está em perceber os últimos dois anos – 2014-2015/16, pois a interpretação possível do que se pode fazer dos factos conhecidos não é uniforme nem linear, ficando qualquer observador externo com a convicção que há sempre muitos segredos que permanecem escondidos. Também não é possível utilizar as grelhas de leitura europeias das ideologias dos partidos para perceber a sua atuação. Com exceção de discursos do presidente atual e de alguns textos do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), basicamente todos os partidos se centram na ideia que são os melhores para desenvolver o país, não explicando nenhuma opção em detalhe suficiente para se perceber em que “família” política internacional se podem inserir. A investigação internacional sobre a Guiné-Bissau é significativa para a

dimensão dum país com pouca população, uma governação instável e cuja economia assenta na agricultura e na pesca, sem recursos de acumulação rápida como petróleo, diamantes, ouro ou minerais raros, mas depara com interrogações para as quais não encontra resposta dentro dos padrões de outros países. Ceesay, H. (Chabal, P e Green, T., 2016, pag. 207) tem duas páginas sobre essa investigação que poderia dar origem a uma resenha mais completa interessante. Pois como Green afirma na mesma obra, págs. 7, *“In spite of everything, as Chabal and Daloz would have put it, “Guinea-Bissau works” and the key questions to be answered is how, why and what it means.”*

Nesse período de cinco anos podemos considerar uma tipologia de três fases:

1ª 2010 – Abril 2012 – Governo resultante das eleições ganhas pelo do PAIGC com Carlos Gomes Júnior a Primeiro-Ministro (PM) e Malam Bacai Sanhá a presidente eleito;

2ª Abril 2012- Abril 2014- Golpe de Estado com Governo indicado pelos militares com Rui Duarte Barros a PM e vice-presidente do parlamento Manuel Serifo Nhamadjo a presidente de transição também indicado pelos militares;

3ª Abril 2014 até ao presente- Eleições legislativas e presidenciais “livres e justas” e a progressiva instalação do caos nas relações entre o poder executivo, legislativo e presidencial mas sem intromissão dos militares;

Na primeira fase, um governo chefiado por Carlos Gomes Júnior, presidente do PAIGC (e do qual fazia parte o atual presidente da República João Mário Vaz – Jomav como ministro das Finanças) viu os indicadores económicos do país melhorarem segundo as estatísticas do Banco Mundial (crescimento do PIB real de 4,4 % em 2010 e de uns espantosos 9,0 % em 2011), conseguiu recuperar parte dos salários em atraso da função pública e adquiriu popularidade suficiente para se candidatar à presidência. Foi introduzindo uma lógica de raiz neoliberal na sociedade política em geral e no partido em particular, traduzindo o equilíbrio de interesses dos diferentes grupos sociais existentes em relações de ganhos e perdas de meios financeiros e económicos. Dito de outro modo,

as fidelidades e as alianças políticas e sociais foram sendo cada vez mais objeto de mercantilização diminuindo o peso dos valores preconizados pela linha ideológica original do PAIGC formalizada nos programas do partido e nos textos e discursos deixados por Amílcar Cabral². A recondução em diferentes governos de Botche Candé, como Ministro desde o governo de Kumba Yalá até ao atual, é um dos melhores exemplos deste comportamento. Foi este Governo que cedeu em Junho de 2011, à Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), representando um consórcio de ONGs, o edifício da primeira esquadra policial e centro de detenção da cidade de Bissau recuperada e adaptada com apoio da Cooperação Portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian e Universidade de Aveiro para o projeto “Casa dos Direitos”, (<http://casadosdireitos-guinebissau.blogspot.pt/>). Esta iniciativa liderada pela LGDH e pela ONGD portuguesa Associação para a Cooperação entre Povos (ACEP), é o resultado de um ato com um grande significado político de mensagem para o país e para o exterior, de confluência de vontades em transformar um local histórico de repressão colonial e pós-colonial num espaço de promoção de Direitos Humanos.

Essa fase terminou com um golpe de Estado, em Abril de 2012, entre a primeira e segunda volta de eleições presidenciais antecipadas por morte natural do presidente Malam Bacai Sanhá em 9 de Janeiro. Promovido pelos oficiais de alta patente das forças armadas guineenses, apesar de avisos internos e externos como o de Navi Pillay, responsável das Nações Unidas *para a Guiné – Bissau*: “*As mudanças anticonstitucionais de governo, acompanhadas de violência, podem ter um impacto devastador na situação dos direitos humanos*”, “*É essencial que a segunda volta seja igualmente livre, transparente e sem violência*”, com a justificação de que o governo estava a desenvolver uma aliança com Angola e a levar para o país material militar pesado e tropas que alteravam a relação de forças entre as forças armadas guineenses e estrangeiras (neste caso angolanas) com o objetivo de obter um nível de segurança maior para o governo liderado por Carlos Gomes Júnior. Esse golpe de Estado traduziu-se de

² Há várias obras sobre Amílcar Cabral. daquelas que conhecemos queremos salientar Chilcote, R.H., 1991, *Amilcar Cabral's revolutionary theory and practice, a critical guide*, Lynne Rienner Publishers, Boulder & London, EUA e Reino Unido, com uma bibliografia anotada muito extensa sobre os trabalhos de Amilcar Cabral e a tese de Julião Sousa, 2011), *Amílcar Cabral (1924-1973) vida e morte de um revolucionário africano*, Nova Vega, Lisboa, Portugal, com a bibliografia de discursos e intervenções muito completa.

imediatamente em espancamentos e mortes³, na imposição temporária de recolher obrigatório, e levou ao exílio em Portugal do então presidente interino Raimundo Pereira, do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, de outros membros do seu Governo e de alguns líderes partidários como Iancuba Injai. Aliás a população da capital manifestou-se em defesa do PM como nunca tinha feito em golpes anteriores levando os mentores do mesmo (também numa atitude inédita e contrária ao discurso herdado do PAIGC da luta pela independência do povo guineense) a ameaçar atirarem sobre os manifestantes e a afirmarem publicamente que o Governo deposto estava livre para ir onde quisesse.

O acesso aos Direitos Humanos ficou mais frágil e diminuído como se pode ler em comunicados e no Relatório 2016 da Liga Guineense de Direitos Humanos ou nas palavras do Representante Especial das Nações Unidas, Ramos Horta em Novembro de 2013, *“A situação dos direitos humanos e da segurança na Guiné – Bissau continua a deteriorar-se, com um aumento dos casos de intimidação, ameaças e limitações à liberdade de expressão e associação, assim como a contínua interferência militar nos assuntos de Estado”*. Nesta segunda fase vários dos principais parceiros internacionais da Guiné – Bissau suspenderam a ajuda ao desenvolvimento, não reconhecendo como legítimo o governo nomeado pelos golpistas, apesar dos esforços do mesmo para ser reconhecido. Outros países como o Irão e o Japão procuraram ocupar o vazio deixado, outros, como Portugal, mantiveram a cooperação mas encaminhando recursos para ONGD em detrimento dos organismos estatais ou diminuindo a intensidade da mesma como aconteceu com a China. Por estratégia própria ou por ter sido “empurrado” para tal, as ligações aos países da sub-região e à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDAO), que tiveram uma posição mais dúbia na condenação do golpe militar ao contrário dos restantes parceiros, intensificaram-se nesse período. Organizações internacionais como o Banco Mundial, o PNUD ou o FNUAP reduziram o apoio mas mantiveram ou firmaram acordos em áreas sociais, económicas e ambiente, sobretudo a partir do momento em que se foi percebendo que o poder militar aceitava realizar eleições.

O parlamento (ANP) só retomou funções em Novembro do mesmo ano e apesar de declarações do seu presidente e dos partidos, de uma atitude de algum afrontamento dos militares [sobretudo quando uma deputada e ex-ministra do governo deposto, voltou

³ Veja – se o Relatório da LGDH de 2016.

ao país e foi detida e solta no mesmo dia (Jornal *Última Hora*, 28/11/2013)], o seu papel foi no essencial irrelevante neste período, onde a governação não seguia os procedimentos constitucionais.

A situação política e o exílio do seu presidente obrigou o PAIGC a realizar um congresso e eleger novos dirigentes entre 3-9 de Fevereiro de 2014, com delegados eleitos em todas as regiões em votações muito disputadas, num processo onde se revelaram as divergências existentes entre aqueles que queriam que o partido mantivesse o modo de fazer política que o Governo de Carlos Gomes implantara (37,36% dos votos) e a nova geração que defendia que só a prioridade a uma ação social e política com referencia aos princípios e às posições do seu líder histórico Amílcar Cabral (o que contribuiu para ter o apoio do veteranos) e ao modo da governação com inspiração no modelo europeu de equilíbrio e de escrutínio permanente entre os órgãos de poder, permitiria ao partido recuperar o capital social que já teve junto da população e junto dos parceiros de desenvolvimento africanos ou doutras nacionalidades (60,58% dos votos). Após votação secreta em urna o discurso de vitória de Domingos Simões Pereira (DSP) centrou-se na necessidade de consensos, de paz e de desenvolvimento “*somos capazes de construir os consensos necessários para a paz e para a construção de uma Nação desenvolvida*” (discurso de vitória, 9/02/2014).

Com o apoio ao orçamento cortado pelos parceiros internacionais, com a economia a decrescer em termos reais de -2.2 % em 2012 e a crescer uns tímidos 0.9 % em 2013 (Africa Economic Outlook, 2016), sem dinheiro sequer para pagar atempadamente os salários da função pública (professores incluídos), o governo nomeado pelos militares procurou formas de obter receitas no curto prazo: assinou licenças de exploração de recursos naturais, não respeitando as áreas já atribuídas a outras empresas, que se revelaram serem de delapidação daqueles recursos (areia pesada, madeiras, pesca ilícita, “minas de pedra” ou pedreiras, fosfatos) com empresas referidas nos jornais guineenses como sendo de países como Gambia, Guiné Conacry, Rússia e China⁴.

⁴ Na própria tomada de posse o actual presidente da república afirmou *Ainda neste quadro prometi durante a campanha, que após a minha tomada de posse iria estar atento e vigilante no que se refere ao flagelo do fenómeno da corrupção e sobretudo que chamaria ao meu gabinete todos os dossiers relacionados com o abate das árvores e exploração ilegal dos nossos recursos naturais a bem da nossa querida Guiné e das gerações vindouras (2014)*. Esses contractos foram suspensos ou anulados pelo Governo resultantes das eleições de 2014, sendo possível ver ainda hoje no interior do país e nos

Cresceu igualmente o tráfico de drogas⁵ com origem em países do continente americano para a Europa até que os EUA planearam e executaram uma missão em que levou à prisão em 3 de Abril de 2013 em águas internacionais do chefe de Estado-Maior da Armada, solto depois de três anos e meio nas cadeias dos EUA. Tal missão aparenta ter feito diminuir o tráfico cujos maiores traficantes devem ter reorganizado as rotas evitando um país que surge demasiado vigiado, “*o ponto de trânsito mudou para outros países na sub-região*” (Representante Especial das Nações Unidas na Guiné-Bissau, Novembro, 2013), embora o arquipélago dos Bijagós continue muito vulnerável (intervenção da Ministra da Defesa no Instituto de Defesa Nacional Adiato Nandinga, dezembro 2015) tendo o tráfico aumentado na Guiné – Conacry, na zona de Casamance/Senegal e na Gambia que já anteriormente tinha reposto entre 2010 e 2012 a pena de morte para traficantes (Ceesay, H., 2016). Mas a imagem da Guiné-Bissau como país implicado no narcotráfico não é alterada com facilidade, sendo um tema sobre o qual é fácil encontrar autores que tiram conclusões com bases muito frágeis de boatos ou opiniões de “analistas” guineenses que se fazem ecos dos mesmos.⁶

A terceira fase inicia-se quando os militares aceitam uma data para a realização de eleições gerais (presidência e parlamento) com observadores internacionais e candidaturas partidárias livres. Tais eleições realizaram-se em Abril e Maio de 2014, com uma participação elevadíssima dos 775,508 eleitores recenseados, votando 88,57 % nas legislativas e de 89,29% na primeira volta das presidenciais, sendo as eleições avalizadas

arredores de Bissau contentores cheios de madeira cortada, pronta a exportar, embora parte tenha sido comercializada para o mercado interno de mobiliário e construção civil.

⁵ O problema do tráfico em África foi sinalizado sobretudo a partir de 2005. Quanto á Guiné-Bissau, realizou-se em 19 de Dezembro 2007, em Lisboa, uma Conferência Internacional sobre o Narcotráfico na Guiné-Bissau, a pedido do Governo guineense e com a presença designadamente dos EUA. Nesta Conferência foi apresentado pela UNODC um Plano Operacional de Combate ao Narcotráfico na Guiné-Bissau, cuja versão actual é o *Plano Operacional Nacional para o combate ao tráfico de drogas, crime organizado e abuso de drogas na Guiné-Bissau, 2011-2014*, o qual está a ser implementado com o apoio dos doadores bilaterais e multilaterais (nota em Ana Correia, IPAD, Documento de Trabalho nº2, 2009) e Barros, M. et al (2013). Veja –se também o quadro de apreensões entre 2005 e 2013 em Carvalho, Celisa, 2014, págs 90-91.

⁶ O Governo resultante das eleições de 2014 na tomada de posse afirmava “*Este Governo vai dedicar uma especial atenção à política externa. A Guiné – Bissau tem projectado uma imagem negativa em resultado da instabilidade institucional e ecos perturbadores sobre o tráfico de droga. Vamos dar prioridade à credibilização do país no mundo...*”, Governo, 2014. Um bom texto é O’Regan and Thompson (2013) embora os autores partam de um conceito de Estado narcotráfico que necessitava de ser melhor definido para se perceber como o utiliza ao analisar o país (ver crítica em Carvalho, Celisa, 2014).

por 400 observadores internacionais (União Europeia, 2014). Para as legislativas apresentaram – se quinze partidos, tendo cinco eleito deputados⁷; o PAIGC ganhou com 47,98 % seguindo – se o PRS com 30,74 %. Estes resultados originaram um parlamento com maioria absoluta de deputados do PAIGC conseguindo ter uma maioria de 57 deputados em 102, seguindo-se o Partido da Renovação Social (PRS) com 41, o Partido da Convergência Democrática (PCD) com 2, e o Partido da Nova Democracia (PND) e a União para a Mudança (UM) com um cada.

Para as presidenciais apresentaram-se vinte e um candidatos dos quais cinco independentes. O resultado foi a vitória na segunda volta do candidato apoiado pelo PAIGC, João Mário Vaz que tendo tido 40,89 % dos votos na primeira obteve 61,90 % na segunda contra 24,79% e 38,10 % respectivamente de Nuno Gomes Nabiam, que se apresentou como independente apoiado pelo anterior líder do PRS, Kumba Yalá, que faleceu de morte natural dias antes da votação.

Os órgãos de soberania eleitos (governo, parlamento e presidente) tomaram posse em Junho de 2014, registando-se uma alta expectativa nacional e internacional de se ter finalmente encontrado uma solução viável que permitisse desenvolver o país.

O Governo empossado, que o PAIGC refere muitas vezes como “Governo de inclusão”, era composto por pessoas de vários partidos com representação parlamentar, incluído o maior partido da oposição, o PRS, (e também o anterior PM, Baciro Dja) apresentou em duas Mesas Redondas de doadores em Bruxelas e em Acra em Março de 2015, respetivamente, um programa assente numa visão ambiciosa que tinha como inovação tornar a biodiversidade como o eixo central do desenvolvimento do país – *Terra Ranka*, como simbolicamente foi denominado o Plano Estratégico e Operacional 2015-2025 – e um Programa de Governo – Sol na Iardi – para 2014-2018; com esses documentos, com a presença do PM – Domingos Simões Pereira - e do Presidente – João Mário Vaz - em Bruxelas, o Governo recolheu promessas e compromissos em valor muito elevado para o expectável. A ANP guineense aprovou por unanimidade em 2 de Abril de 2015, a resolução nº 9/2015, louvando o Governo pela “qualidade da organização e

⁷ O parlamento guineense é composto de 100 deputados eleitos pelos residentes presentes no país e 2 eleitos pela diáspora na Europa (Portugal, Espanha e França) e em África (Senegal, Gâmbia, Guiné – Conacry e Cabo Verde).

realização da Mesa Redonda” acção em Bruxelas, e reafirmando a confiança política no Primeiro-Ministro.

A Cooperação com os principais parceiros bilaterais e multilaterais⁸ foi retomada permitindo que se iniciasse a programação de diferentes áreas de políticas básicas como o pagamento de salários aos funcionários, incluindo professores, a retoma de voos regulares entre Bissau e Lisboa pela Air Atlântico uma companhia privada portuguesa (a companhia pública portuguesa TAP tinha interrompido a linha em Dezembro de 2012 por falta de segurança no controlo de passageiros no aeroporto em Bissau e só em Agosto 2016 anunciou a retoma em 1 de Dezembro desse ano), a existência de electricidade e água⁹ vinte e quatro horas diárias na cidade de Bissau, estendendo – se progressivamente a outras no interior num processo ainda por completar, a continuação de obras públicas na capital e o consequente emprego que originam, a retoma da “reforma” do sistema de cobrança fiscal das taxas sobre as importações que levou ao fim da subfacturação praticada por empresários nacionais e estrangeiros¹⁰, a emissão com sucesso de títulos de um e dois anos de dívida pública obrigacionistas pelo Ministério das Finanças¹¹, a deslocação de empresários estrangeiros ao país interessados em averiguar a possibilidade de investimentos (que no caso de empresários portugueses está directamente ligada à queda dos preços de petróleo, da quebra de actividade económica consequente em Angola e da instabilidade com focos de conflitos armados em Moçambique)¹². A retoma da Cooperação bilateral e multilateral levou ao ressurgimento, sobretudo na capital, dum maior número de estrangeiros com poder de compra com incidência directa na hotelaria e na restauração. A melhoria das instalações e da alimentação nas casernas, do

⁸ “Esta Nota de Colaboração com o País, assinala um retomar do apoio continuado do Banco Mundial à Guiné-Bissau e contribuirá um apoio essencial ao país, ao longo dos próximos dois anos. Abrirá também caminho à transição do país da situação crítica subsequente a um conflito, para uma paz sustentada e rápido desenvolvimento”, afirmou Vera Songwe, Directora do Banco Mundial para a Guiné-Bissau em 24 de Março, 2015, depois de uma missão ao país, na véspera da Mesa Redonda de doadores em Bruxelas).

⁹ Uma parte significativa do acesso a água na cidade implica que as bombas eléctricas da estação elevatória funcionem. Sem electricidade a população tem de utilizar os poços (veja-se em Sangreman, C 2014 e 2015 o indicador correspondente ao acesso a água potável).

¹⁰ Cujo contrato com a empresa responsável foi feito ainda pelo Governo de Transição, e anunciado o seu início em Novembro de 2013.

¹¹ Operação que o atual Governo anunciou querer repetir Julho de 2016.

¹² A criação de uma Camara de Comércio e Indústria Portugal Guiné – Bissau em Fevereiro de 2015 e do Clube de Empresários Portugueses na Guiné Bissau em Junho de 2016 são confirmações deste interesse.

equipamento e da formação deram aos militares dos diferentes níveis hierárquicos melhores condições de serviço do que nas últimas dezenas de anos.

Se o quadro político até ao início desta fase se enquadra no padrão de conflitos da política guineense¹³ a partir das eleições as interpretações variam. A informação disponível por via dos órgãos de comunicação, dos comunicados ou discursos dos partidos e da presidência e de declarações públicas de entidades variadas, indica que as relações entre o governo do PAIGC e o Presidente se foram deteriorando chegando ao ponto em que o segundo demitiu em 12 de Agosto de 2015 o governo resultante das eleições, contrariamente ao que tinha prometido em campanha que jamais demitiria um governo da sua cor partidária, alegando “corrupção e o nepotismo”, (embora não tenha voltado a referir tais acusações) bem como “falta de confiança política” e “obstrução à Justiça”. O presidente nomeou ele próprio um novo Governo em Setembro de 2015, mas 48 horas depois o Supremo Tribunal de Justiça (que tem funções de Tribunal Constitucional) declarou tal ato inconstitucional (Acórdão 01/2015), por não existir a figura jurídica do governo de iniciativa presidencial e por o Presidente estar obrigado a solicitar ao partido vencedor das eleições a indicação do PM. O Governo demitiu-se de imediato. Nesse mesmo mês, o PAIGC indicou um segundo governo (com Carlos Correia a PM), que foi inicialmente apoiado por todos os líderes parlamentares embora a discussão e votação do seu programa fosse agendada sem a presença do PRS. Esteve em funções sete meses até Maio de 2016 mas sempre com conflitos públicos com o presidente.

No parlamento uma dissidência de 15 deputados do PAIGC¹⁴ (que integra militantes que no congresso defendiam a linha que não conseguiu ganhar) ao abster-se na primeira votação do programa do governo de Carlos Correia, em Dezembro de 2015, retirou a maioria à “coligação” estabelecida alterando as relações de poder estabelecido no parlamento pelas eleições. O estatuto desses deputados torna-se um assunto da Justiça, pois a figura de deputado independente é omissa no regimento guineense e, apesar de terem sido expulsos do partido em Janeiro de 2016 e substituídos na ANP, recusaram-se

¹³ Ver «Guiné-Bissau - As causas profundas de conflitos: a voz do povo, - Resultados da auscultação nacional realizada em 2008», Voz di Paz /Interpeace, Agosto de 2010, Editado na Guiné-Bissau.

¹⁴ Baciro Dja, Adja Satú Camará Pinto, Braima Camará, Abel Gomes, Rui Diã de Sousa, Eduardo Mamadu Baldé, Isabel Mendes Buscardini, Soares Sambú, Tumane Mané, Adulai Baldé, Maria Aurora Sano Sanhá, Bacai Sanhá Junior, Amidu Keita e Manuel Nascimento Lopes.

a aceitar a perda de mandato no parlamento, continuando a comparecer criando uma situação que inviabiliza o funcionamento parlamentar que chegou a ter no mesmo plenário 117 deputados (em vez de 102) que reclamavam ter legitimidade para votar¹⁵. A Assembleia Nacional Popular aprovou a 28 de Janeiro de 2016 o Programa de Governo similar ao do governo de DSP, com 59 votos e sem a presença na sala do PRS nem dos dissidentes do PAIGC. Sem solução para a presença ou substituição dos 15 dissidentes, o parlamento chega a Julho de 2016 sem discutir e votar o Orçamento.

Com base nessa situação de incapacidade de funcionamento da ANP, o Presidente demitiu o Governo em 12 de Maio nomeando outro com o PM Baciro Dja, oriundo do grupo dos 15 deputados dissidentes do PAIGC, e membros do PRS. Esse Governo não foi reconhecido pelo partido vencedor das eleições como legítimo, tendo o PAIGC passado a defender *“que na impossibilidade de uma solução política justa e dentro do quadro constitucional, existe o imperativo de imediata dissolução do parlamento, conversão do atual governo em governo de gestão e a convocação de eleições antecipadas (gerais de preferência).”* (Comunicado de imprensa do PAIGC, 9/05/2016). O Supremo Tribunal de Justiça validou o Decreto Presidencial nº 02/2016 de 26 de Maio pelo Acordão 04/2016, de 14 de Julho, declarando constitucional este segundo Governo chefiado por Baciro Dja a PM.

Como o Parlamento continuava sem reunir em plenário e portanto sem aprovar nem programa de governo nem orçamento, a CDEAO elaborou, em 10 de Setembro, uma proposta de roteiro - “Feuille de route” – para sair da crise. Na execução desse roteiro organizou, com apoio de organizações internacionais como o PNUD, um encontro em Conacry em 11-14 de Outubro, presidido pelo presidente da Guiné Conacry Alpha Condé, estando presentes os partidos com representação parlamentar, o presidente da ANP, representantes dos 15 dissidentes do PAIGC, representantes das religiões cristã e muçulmana, primeiro-ministro e organizações da sociedade civil (LGDH e Movimento da Sociedade Civil). Estiveram também presentes o representante do secretário-geral da ONU para a Guiné-Bissau, o representante da União Africana, da União Europeia, do Senegal, Angola e Serra Leoa. Apesar desse encontro se dirigir fundamentalmente para o

¹⁵ O Supremo Tribunal de Justiça validou a posição dos 15 deputados no afirmando que os deputados eleitos são da Nação e não dos partidos e podem manter o mandato se não se inscreverem em partidos diferentes daqueles que os elegeram (Acordão 04/2016).

período que resta até a eleições gerais em 2018, foram aprovadas intenções sobre a reforma da constituição, da lei eleitoral, da lei dos partidos, da reforma na defesa, justiça, segurança e decidido manter o programa do governo de DSP “Terra Ranka” como matriz para as medidas económicas e sociais de desenvolvimento. Foram indicados três nomes –um próximo do PAIGC, outro próximo do PRS e um general considerado próximo do presidente Jomav – e a intenção de estabelecer um pacto de estabilidade.

O presidente nomeou Umaru Sissoko Embaló para PM, um general de 44 anos, que subiu na hierarquia militar sem ter passado pela luta de libertação e não tem o apoio do PAIGC. Como resultado o CC desse partido aprovou em 26 de Novembro que não integrava o novo governo, retirou a confiança política “ao cidadão e militante” Jomav e a ANP aprovou em Comissão Permanente que continuava a não ter condições para reunir em plenário. Ou seja ficou toda a situação exactamente na mesma que estava com o governo anterior chefiado por Baciro Dja.

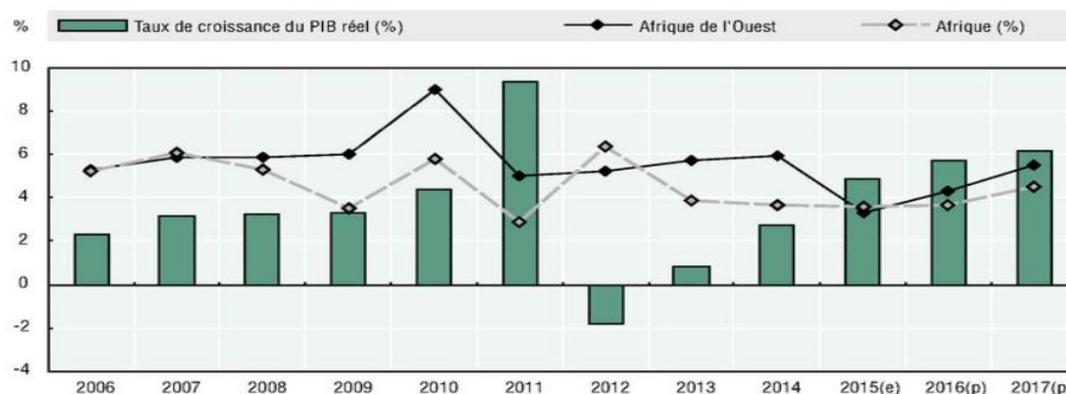
Note-se que nesta fase os militares autores do golpe de 2012 se retiraram só em parte das chefias (incluindo António Indjai CEMFA que chefiou o golpe de Estado de 2012); os seus substitutos fizeram discursos públicos afirmando respeitar a função republicana das forças armadas, não intervir na crise política e chegando avisar que “não tenho lugar na cadeia para soldado que fizer confusão mas só no cemitério” (Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Biague Na N’tan, Fevereiro, 2016). Continua presente (embora em 11 de Setembro os chefes de Estado da CEDEAO declarem que só permanecerão durante um ano) em Bissau uma força internacional (ECOMIB/UNIOGBIS) que também contribuiu para o processo não ter intervenção dos militares. O atual representante do secretário-geral da ONU, alertou em 30 de Agosto que esta situação podia mudar pois “o risco de uma intervenção pode aumentar se a crise política persistir, se a reforma de setores relevantes não for implementada e, em particular, se a precária situação orçamental impedir o pagamento de [salários aos] soldados.” (documento da LUSA com extractos do Relatório).

Com essa instabilidade, sem conflitos armados, as verbas de ajuda ao desenvolvimento só entraram no país parcialmente para permitir que continue a haver eletricidade, água, obras públicas, salários da função pública e segurança. Mesmo assim se consultarmos os jornais encontram-se muitas notícias sobre acordos de cooperação de

países tão diferentes como a Venezuela, o Níger ou a China. A análise da situação guineense feita pela OCDE em 2016 salienta que depois das eleições e da Mesa Redonda de Março de 2015 a confiança do setor privado voltou, a procura interna cresceu e a reforma das finanças permitiu ter nos primeiros seis meses de 2015 uma receita fiscal superior em 75% à do mesmo período de 2014 (OCDE Africa Outlook, 2016, Guiné – Bissau, pág.2).

A economia teve uma evolução a uma taxa de crescimento muito positiva de 2,7 % PIB real em 2014, com uma previsão de 4,8% em 2015 e de 5,7% em 2016 refletindo a retoma do comércio e da restauração/hotelaria, das exportações de caju, da produção agrícola e do consumo privado, mas com todas as previsões dependentes do “clima sociopolítico” (OCDE Africa Outlook, 2016, Guiné-Bissau).

Graphique 1. Taux de croissance du PIB réel



Source: BAfD, Département Statistique PEA. Estimations (e) ; prévisions (p).

Em 28 de Março de 2016 o Ministro da Economia e Finanças declarava aos jornais que a instabilidade estava na raiz de só terem entrado no país cerca de 10,5 milhões do BAD, 1,7 milhões de Timor Leste e verbas relativas a programas portugueses, estando os parceiros que assumiram compromissos em Bruxelas “à espera de ver mais claramente o que vai acontecer no país...”.

Em todo este período as organizações da sociedade civil tiveram uma atuação permanente embora se fique com a perceção de que não terão tido grande influência. A

LGDH alertou sempre para violações dos Direitos Humanos e passou por ocasiões de alguma perseguição como documentam os comunicados ou entrevistas e por outras ocasiões em que foi chamada pelos atores mais diretamente políticos a representar o conjunto da sociedade civil. Além da LGDH a iniciativa que nos parece mais consistente com o estatuto das organizações foi o encontro de *“um grupo heterogéneo, com sensibilidades diferentes, com interpretações igualmente diversas sobre a atual crise política, mas que nos mostrou que, não obstante as diferenças, aquilo que nos une é muito mais forte do que aquilo que nos poderia separar. Aquilo que nos une é, justamente, a vontade de uma mudança positiva para a Guiné-Bissau. Ontem e hoje, sentaram-se à mesma mesa régulos, líderes religiosos, representantes de associações juvenis, representantes das forças de segurança, juristas, representantes de sindicatos, membros do atual e antigos governos, representante das forças de segurança, académicos, um conselheiro do Presidente da República, ONG’s, deputados da nação, representantes de diversas organizações de sociedade civil, partidos políticos, combatentes de Liberdade da Pátria, parceiros internacionais, homens e mulheres, jovens e mais velhos. Das conclusões/reflexões pode salientar-se “como ponto estruturante, refletiu-se sobre o verdadeiro significado de estabilidade, tendo sido possível elencar os seguintes princípios gerais:*

1. A estabilidade, na sua dimensão político-institucional, é condição necessária para o desenvolvimento humano, social e económico na Guiné-Bissau. Sem estabilidade não há paz, não há desenvolvimento, nem respeito pelas legítimas expectativas do povo e da nação guineense.

2. A estabilidade nasce do respeito pelas instituições, leis e regulamentos em vigor. Exige ainda o cumprimento dos mandatos legalmente previstos, nomeadamente os resultantes dos diferentes processos eleitorais.

3. A estabilidade depende da efetiva separação dos poderes legislativo, executivo e judicial, bem como do respeito mútuo das competências e da missão dos diferentes órgãos de soberania e das forças armadas. (Jornadas de Reflexão sobre estabilidade, No mistida i estabilidade, ANP 28, - Conclusões e Propostas -, 2016)

A INTERPRETAÇÃO

As componentes estruturais

Para tentarmos compreender os acontecimentos relatados vamos começar por retomar os elementos estruturais da sociedade guineense que Sangreman, Barros, Sousa e Zeverino consideram em 2008¹⁶ e que constituíram o fundo sobre o qual se deu a evolução analisada:

A primeira - bem analisada por Carlos Lopes em 1999 - que referiremos como a Componente-base de longo prazo, tem a ver com a formação do espaço kaabunké. Esta espaço deriva da divisão do território na fronteira Norte que passou a considerar Casamance como parte do Senegal, em 1886, a invasão fula e a guerra que levou ao fim do Reino do Gabu – veja-se a bibliografia indicada nesse artigo -. Como afirma Lopes, C. (1999) “*O Kaabú ..., resulta de uma herança de séculos e não de uma dezena de anos, é um elemento fundamental para interpretar as interacções dos diferentes grupos (étnicos, sociais, classes) na Guiné – Bissau, Gâmbia e Casamance*”. Álvaro Nóbrega, 2005, escreve que Ansumane Mané, enquanto chefe militar vitorioso, depois da guerra civil de 1998/99 não visitou nem uma única tabanca fula, querendo assim dizer que a derrota dos Mandingas e dos seus aliados estava ainda presente na sua memória. Igualmente as acções que visem ajudar as populações do outro lado da fronteira são objecto de um consenso social que ultrapassa a lógica da formação das relações entre Estados e atravessa vários níveis sociais desde os vizinhos da mesma etnia até à lógica do apoio dos governantes aos movimentos que reivindicam a separação do Senegal e à ajuda prestada por estes a um dos lados envolvidos na guerra civil de 1998/99.

A segunda, componente-base que referiremos como de médio prazo, tem a ver com a formação do Estado Guineense a partir do colonialismo e da luta armada dirigida

¹⁶ Ver Sangreman, C., Júnior, F., Zeverino G. e Barros, M. (2008) Guiné – Bissau (1994-2005). Um estudo social das motivações eleitorais num Estado frágil, Lusotopie, XV (1) ou o Working Paper correspondente dos mesmos autores nº 70 no site do CESA (<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/menupublicacoes/working-papers/130>)

pelo PAIGC. Este partido, sendo um movimento de libertação nacional, exerceu uma liderança da luta pela independência elegendo três objectivos de síntese de mobilização da população para o apoio que necessitava a sua acção: 1- a independência; 2- o desenvolvimento; 3- a unidade de todos os que viviam no território colonizado pelos portugueses, não questionando as fronteiras coloniais. Desses objectivos, o 3º remete directamente para a identidade nacional. Amílcar Cabral em 1969 considerava “*qualquer que seja o grupo étnico é fácil levar as pessoas a considerar que somos um povo, uma nação,...*” “*o que subsistia de tribalismo foi destruído pela luta armada que conduzimos.*” “*Só os oportunistas políticos são tribalistas*” (Cabral, A., 1974).

Note-se que outros membros da direcção do PAIGC não tinham a mesma visão das clivagens étnicas. Manuel dos Santos, ainda hoje dirigente do PAIGC, afirmava “*A luta armada de libertação nacional ao promover um certo grau de unidade das populações da Guiné em volta de um objectivo comum – a luta contra o colonialismo português -, criou importantes laços de solidariedade e interdependência entre os diferentes grupos, mas, contrariamente ao que muita gente afirma, não realizou a unidade nacional, nem engendrou a Nação guineense. Construiu, sim, as suas bases, os seus fundamentos, os alicerces da Nação e criou as condições necessárias mas não suficientes ao seu aparecimento.*” (in A construção da Nação em África, INEP, 1989).

Mas seja qual for a posição assumida pelos dirigentes na luta e na construção da Nação e do Estado guineense todas consideram as clivagens de origem étnica como inimigas desse processo.

Acrescentamos uma terceira que deriva destas duas, que Forrest, 2003, apelida de “memória social pretoriana” formada a partir da resistência à conquista colonial¹⁷, da vitória na guerra colonial e na guerra de 1998/99 contra as forças militares do Senegal e da Guiné Conacry enviados em socorro de Nino Vieira. Ou seja a história conhecida da Guiné – Bissau tem uma narrativa de vitórias ou de resistências heroicas que criou uma componente “guerreira” de intervenção positiva das forças armadas nos destinos do

¹⁷ Que só termina em 1915, quando as tropas portuguesas de Teixeira Pinto com ajuda de Abdul Injai e de um contingente cuanhama vindo especificamente de Angola, derrota os papéis aliados aos grumetes, já que as etnias guineenses nunca se conseguiram unir para criar poder militar equivalente aos 1600 infantes – 284 baixas - e 109 cavalos - 26 baixas - reunidos para a campanha (Relatório da coluna de operações contra os papéis e grumetes revoltados da ilha de Bissau. Capitão Teixeira Pinto, em 1915).

país¹⁸. Tal componente foi diminuindo a sua importância social com os sucessivos golpes de Estado desde o 14 de Novembro 1980, chegando à actual situação dos militares serem acusados de serem a principal fonte de instabilidade até 2014. Mas é uma componente que continua a ter peso embora hoje dependa mais do que nunca das chefias políticas, sobretudo do PAIGC.

Uma quarta componente estrutural são as 32 identidades étnicas guineenses recenseadas. O seu estudo foi feito pelos investigadores portugueses e cabo-verdianos do tempo colonial – obras disponíveis em geral em <http://memoria-africa.ua.pt/> - tendo os autores mais atuais como Carlos Lopes, Raymond Pélissier, Leopoldo Amado, Peter Mendy, Carlos Cardoso, Álvaro Nóbrega, Kaft Kosta, Livonildo Mendes ou Tchernó Djaló utilizado esses estudos, acrescentado alguns detalhes mas sem efectuarem nenhuma investigação de fundo sobre o que é hoje a consciência étnica (individual e colectiva) no espaço rural e urbano e nas diferentes gerações. Existem investigações sobre determinados grupos étnicos como se pode verificar nalguns artigos publicados na Soronda – revista do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) também disponível no site referido – ou como a tese de 1986 de Diana Lima Handem sobre os Balanta Brassa, a investigação de 1999 de Clara Carvalho sobre os régulos manjacos ou o livro sobre os mancanhas na sua adaptação à cidade de Bissau de Mamadou Jao, 2015. No entanto uma investigação sobre a atualidade das etnias como um todo não existe. A Bibliografia de Chabal, P. e Green, T., 2016, é a fonte mais actual sobre a investigação existente. Tais factos tornam necessário para a sociedade guineense perceber o que é hoje essa sua componente estrutural, para mais quando se nos afigura que Carlos Cardoso (1996) tem toda a razão ao afirmar “ o processo de miscigenação étnico-cultural e civilizacional não permite falar de nenhuma etnia ou identidade étnica que se possa considerar pura” (Cardoso, 1996, pág.169).

¹⁸ A única obra com uma narrativa de insucessos do PAIGC que conhecemos é Pereira, J.A. (2015), O PAIGC perante o dilema Cabo-Verdiano (1959-1974), Campo da Comunicação, Lisboa, sobre a acção clandestina anti colonial do PAIGC em Cabo Verde e que levou Pedro Pires a escrever um violento prefácio insurgindo-se contra o autor por tratar com a mesma credibilidade os arquivos do PAIGC e os da PIDE. Se procurarmos críticas à liderança de Amílcar Cabral ou doutros dirigentes durante a luta pela independência feitas por membros ou mesmo ex-membros do PAIGC deparamos com uma completa escassez e pouca fiabilidade. A entrevista de Mário Sissoko, ex-funcionário do partido em Conacry, ao jornal “O Democrata” de 28 de Setembro 2016 é a única que conhecemos que parece ter alguma base documental e testemunhal.

Uma quinta componente estrutural (e também pouco estudada) é a resiliência da população guineense com aspectos de antifragilidade¹⁹. Com se admira Green (Chabal e Green, 2016, pág.7) “*o quotidiano guineense mantém-se pacífico, em contraste com a imagem estereotipada do país, e as pessoas frequentemente cooperam e casam-se entre “divisões étnicas”...*”*como alguns investigadores sugerem a respeito da Somália*”²⁰, há Estados que podem funcionar melhor sem uma estrutura institucional do que quando a administração está operacional.

A população parece ter desenvolvido uma habituação à instabilidade que tem como base o acesso a recursos alimentares (arroz, peixe, fruta, aves, porcos e vacas) com alguma facilidade quer haja ou não salários em dia ou a actividade económica seja dinâmica ou estagnada, que lhes permite evitar conflitos sociais de maior violência. Julgamos que tal resiliência tem tendência a deteriorar-se à medida que a energia (logo luz, frigoríficos, TV e telemóveis) e a melhoria do funcionamento das escolas alargam os horizontes de definição do padrão de vida a que aspiram, tornando as populações menos tolerantes na sua falta. Esta resiliência é contraposta com o discurso oficial e não oficial do “desenvolvimento” como objectivo absoluto da sociedade política e civil. Como afirmam os autores em Sangreman e outros (2006) “*As promessas de alcance de níveis de vida melhores foram uma constante nos textos de Amílcar Cabral, bem como nos discursos de todos os níveis de poder depois da independência. O balanço dos 3 anos de independência feito por uma ONG portuguesa – o CIDAC – após uma visita ao país com múltiplos contactos, é bem significativo da expectativa da população em geral e dos militantes do PAIGC em particular de conseguirem proporcionar a si e aos seus descendentes o acesso a bens de consumo privado e a bens públicos que não tinham conseguido antes. Estes últimos incluíam a continuação do prestígio internacional construído pela direcção do PAIGC durante a luta de libertação bem como o fim definitivo dos conflitos armados no território... O falhanço do objectivo genérico do desenvolvimento, sentido por qualquer elemento da população face ao acesso a bens de consumo corrente, estado da saúde, educação, estradas, conflitos, etc., torna-se um dos principais critérios de escolha de partidos ou candidatos presidenciais.*”

¹⁹ Utilizando o conceito de “antifrágil” de Taleb, Nassim Nicholas, 2014, em Anti frágil Coisas que beneficiam da desordem, D. Quixote, Alfragide.

²⁰ Tradução nossa.

Mas por enquanto a história recente mostra que o país funciona em qualquer situação, não querendo tal resiliência significar resignação. Melhor ou pior mas longe dos conflitos vividos por outros da sub-região como a Libéria ou a Serra Leoa ou mesmo da Guiné Conacry.

Os grupos sociais

A Guiné-Bissau é um país composto de múltiplas identidades sociais que se cruzam e sobrepõem. A partir da base das identidades étnicas, juntaram-se os grupos sociais que se formaram nas cidades onde a presença colonial foi mais forte. A leitura étnica da realidade social do país surge sempre que a situação é complexa, embora os partidos nunca a perfilhem, nem mesmo o PRS que desde o seu início foi acusado de ser um partido da maioria étnica balanta como o seu líder histórico Kumba Yala²¹. Já a leitura religiosa aparece menos, apesar de o Presidente do PAIGC já ter sentido a necessidade de justificar a laicidade do Estado e de afirmar que não é pelo facto de ser cristão que essa religião deva ser privilegiada²². Depois da independência também se formou uma identidade de antigos combatentes (ou veteranos) da luta de libertação, com um misto de origens étnicas guineenses e cabo-verdianas, com níveis de rendimento muito diferentes e uma forte presença nos órgãos de governação e na vida política geral guineense²³. A exemplo doutros países com movimentos de luta pela independência, o seu estatuto social transmite-se aos descendentes fazendo o grupo crescer mesmo com o falecimento daqueles que realmente combateram. Os atores económicos como armadores, comerciantes, empresários de dimensão média ou pequena ou simples importadores de bens de consumo, agricultores ou madeireiros com uma produção orientada para o mercado interno ou para a exportação, formam um grupo social unido pela necessidade

²¹ Que entre 2000 e 2003 como presidente favoreceu a colocação de balantas em empregos públicos num nível sem precedentes de etnização, pondo em execução as práticas dos dirigentes que colocam pessoas familiares e próximas mesmo sem competências para o lugar que Carmen Pereira tão bem sintetiza em Semedo, 2016, pág.169.

²² Segundo INE de Bissau, no recenseamento de 2009 as religiões/crenças presentes na população são o animismo (14.9%), o islamismo sobretudo sunita (45.1%) e o cristianismo (22.1%). Note-se: a) a primeira pode estar presente em simultâneo com qualquer das restantes e tal não foi inquirido; b) uma percentagem alta da população não respondeu a esta questão (15.9%). Segundo os inquiridores a origem dessas não respostas seriam as pessoas que são animistas, mas não consideraram essas crenças uma religião. Aliás Barros e Sarró tem um interessante artigo sobre a mistura de religiões na sociedade guineense a nível familiar e social (Chabal e Green, 2016, págs.105-123) que contribui para explicar esses resultados.

²³ Este grupo social só por si justifica uma investigação aprofundada que não cabe neste trabalho.

de ter as melhores condições legais para terem sucesso e assegurarem ajuda direta do Estado²⁴ através de subsídios, compras e contratos sempre que possível. Utilizaram as facilidades de crédito da banca para criarem um volume de crédito que se tornou mal parado²⁵, a ponto de, segundo uma comunicação do responsável do BCEAO num seminário de empresários em Bissau em Julho, no momento das eleições de 2014 a banca guineense em geral estava falida, abrangendo a lista de devedores (cuja divulgação tem sido objeto de reivindicação pelo PAIGC) um número muito significativo de atores económicos individuais e empresas do país. Têm em geral dificuldade em competir com os grupos equivalentes doutros países da UEMOA mesmo limítrofes. Estes atores económicos foram participando na vida política sendo hoje claro que há deputados e membros dos partidos que defendem os seus interesses.

Diríamos que existe um último grupo social, mais pequeno mas com um nível de educação alto, constituído por dois subgrupos: elementos da sociedade civil que estão integrados em ONGD ou organizações similares com alguma autonomia como as Universidades e o INEP e também em organizações internacionais que têm um relacionamento forte com financiadores estrangeiros bi e multilaterais, com um peso significativo, fruto da ausência ou da instabilidade das estruturas estatais. A sua identidade é mais cosmopolita que a maioria da população e participa na vida política com uma lógica própria onde muitos membros não querem estar nem demasiado próximo nem demasiado longe das decisões centrais. Em conjunto com outro subgrupo dos membros dos partidos com maior nível de instrução formal que já cresceram ou nasceram com o país independente e com os funcionários guineenses das organizações internacionais, estes sub-grupos formam a elite intelectual do país.

²⁴ DSP em entrevista ao jornal “O democrata” em 1 de Dezembro de 2016 atribui a instabilidade dentro do PAIGC à sua recusa de distribuir o poder adquirido no Congresso de Cacheu em 2014 pelos apoiantes do candidato vencido e à sua recusa de distribuir os fundos com origem na exportação da castanha de caju (centralizados no FUNPI) por este grupo social através da Camara de Comércio Industria, Artesanato e Serviços, cujo líder é Braima Camará figura mais predominante no grupo dos 15 dissidentes.

²⁵ O que originou uma compra à banca de dívida de privados pelo Governo de DSP, muito contestada pela oposição e pelo Governo de Baciro Dja.

Porquê todos estes acontecimentos?

A interpretação que fazemos aponta para duas lógicas que disputam o poder. A primeira tem a ver com os modelos de relações políticas entre a presidência e os restantes órgãos de soberania. O sistema de governo guineense é o semipresidencial de pendor parlamentar com absoluta separação de poderes – “não compete ao presidente da república avaliar a bondade deste dispositivo, ele é o reflexo da vontade soberana do povo guineense” (Comunicado PAIGC s.d.). Mas a prática de dois dos titulares, eleitos em eleições gerais avalizadas por observadores, da pasta presidencial²⁶ (Nino Vieira e Kumba Yalá) sempre foi de exercerem o cargo como se fossem chefes do executivo. O atual presidente Jomav é o primeiro presidente eleito que tem dificuldade em continuar aquele modelo pois que se defronta com um primeiro-ministro e presidente do Partido mais votado que interpreta as funções dos dois órgãos – presidência e governo – de forma diferente, mais perto do parlamentarismo do que do semipresidencialismo, num modelo de equilíbrio permanente de forças resultante do debate de ideias e de soluções de política económica e social no seio do parlamento (ANP) e de respeito pelos resultados eleitorais. Como os interesses dos grupos sociais em que se revê não são coincidentes com essa interpretação da divisão de poder, o presidente abriu e mantém um conflito que não permite a estabilidade que a população deseja. E se parte da comunidade internacional está pronta para ajudar a consolidar um sistema de equilíbrios institucionais, bastando para confirmar essa intenção consultar as Resoluções adoptadas pelo Conselho de Segurança da ONU ao longo deste período, outra parte pode considerar que essa alteração vai, a médio prazo, pôr em causa os presidentes em exercício noutros países. Esta lógica pode afetar os DH; aliás veja – se o que o Conselho de Segurança escreve “10. Toma nota da evolução da situação dos direitos humanos no país e exorta as autoridades da Guiné-Bissau a tomar todas as medidas necessárias para proteger os direitos humanos, pôr fim à impunidade, iniciar investigações para identificar os autores de violações dos direitos humanos e abusos, incluindo aquelas contra mulheres e crianças; e trazê-los à justiça e

²⁶ Entre 1974 e 2016 a Guiné Bissau teve dez presidentes, entre interinos, eleitos e indicados pelo PAIGC (Luís Cabral, Nino Vieira, Carmen Pereira, Veríssimo Seabra, Raimundo Pereira, Henrique Rosa, Malam Bacai Sanhá, Kumba Yala, Serifo Namadjo e João Mário Vaz), e dois comandantes militares que ocuparam posições equivalentes (Ansumane Mané e Mamadu Turé Kuruma).

tomar medidas para proteger as testemunhas, a fim de garantir um processo justo e adequado”(Resolução do Conselho de Segurança, nº 2267 (2016) de 26 de Fevereiro).

A segunda lógica nesta disputa de poder tem a ver com o papel dominante do poder político na regulação das relações económicas do país e o acesso aos fundos prometidos pela comunidade internacional em Bruxelas em 2014. As opções da nova direção do PAIGC levam a uma diminuição do liberalismo económico e a uma muito maior regulamentação do Estado das actividades geradoras de lucro e da respectiva cobrança de impostos, retomando algumas ideias do planeamento central pós-independência mas agora em contexto de mercado livre e regulado, visando aumentar a receita pública com origem interna. O exemplo com maior peso são as promessas de 1.400 milhões de dólares de fundos da comunidade internacional em Bruxelas os interesses pelo controle dos canais de acesso a esses fundos foram-se exacerbando, mesmo que isso viesse a significar uma meia paralisação do país, do parlamento, do governo e uma baixa radical na possibilidade de concretização de tais compromissos. Outro exemplo foram as divergências em relação aos fundos com origem nas exportações de caju (Ver nota 24).

Pensamos que estas duas lógicas atravessam os próprios partidos originando dissidências no PAIGC expressas pelas votações nas reuniões preparatórias e no Congresso de Cacheu em 2014, e que se veio a traduzir na existência dos 15 deputados discordantes da orientação partidária que, apesar de expulsos do partido, têm conseguido manter-se como atores políticos com apoio da presidência, do principal partido da oposição e, com algumas ambiguidades, mesmo da CEDEAO. Estas lógicas atravessam também o PRS que já mesmo antes da morte de Kumba Yalá teve dissidências que levaram ao surgimento de um candidato presidencial (que ficou em segundo lugar nas eleições e perdeu na segunda volta para Jomav) apoiado por aquele dirigente e outro apresentado pelo partido.

A interacção entre os grupos sociais que disputam o poder político (1ª lógica) e o poder económico (2ª lógica) foi-se radicalizando sobretudo a partir da nomeação pelo próprio Presidente de um Governo em Maio de 2016. A partir de Abril/Maio os líderes partidários entram numa linha de acusações ao presidente que vão desde a participação nos contratos de pesca ilícita e de cortes de madeiras ao desvio de fundos e abuso de poder. E para quatro dos cinco partidos com representação parlamentar (PAIGC, PRS, PCD, UM) o principal ator que encabeça e configura todos estes acontecimentos é João

Mário Vaz (Discursos na sessão de comemoração de 2015 do dia da independência, 24 de Setembro) : *“o Senhor Presidente da República (deseja) a constituição de uma nova maioria parlamentar que lhe permita a formação de um governo de sua iniciativa... Foi e continua a ser o grande propósito de toda esta luta e de toda esta confusão. O Presidente está desde há muito decidido a se fazer dotar de um novo quadro constitucional que lhe permite ser o dono único e absoluto do poder na Guiné-Bissau, ...”* (comunicado do PAIGC, s.d.) ou *“a razão de toda esta crise tem a ver com o desejo do Presidente da Republica de ter um governo no qual terá uma influencia directa”* (Entrevista Nuno Nabiam, Maio 2016).

Tais posições confirmam o que a Alta Representante da União Europeia (UE) para a Política Externa e de Segurança, Frederica Mogherini, num comunicado conjunto com o comissário europeu para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento, Neven Mimica afirmou em 08 de Outubro de 2015 que *“A rejeição de um novo Governo pelo Presidente da Guiné-Bissau está a reavivar a tensão política no país e a pôr em risco os esforços para ultrapassar a crise política”,...,“Isso também é crucial para a implementação do apoio internacional anunciado na Mesa Redonda de Doadores realizada em Bruxelas no início deste ano”,* acrescentam. Nessa mesma linha o atual representante do Secretário-Geral para a Guiné Bissau, o maliano Modibo Touré, afirma no seu primeiro relatório, em 30 de Agosto de 2016: *“o inicial mas significativo progresso feito na Guiné-Bissau após as eleições de 2014, através da formação de um governo legítimo, inclusivo e democrático, foi amplamente revertido”* nos últimos 12 meses. O documento garante que *“três mudanças sucessivas de governo e um prolongado período de paralisia política enfraqueceram ainda mais as instituições do Estado”,* explica que *“a implementação de reformas chave nos setores da defesa, segurança e justiça foi suspensa”* e que *“a prestação de serviços básicos foi negativamente afetada.”* (Documento da LUSA com extractos do Relatório de 30 de Agosto). Levanta mesmo a hipótese da situação se agravar: *“Existem receios na região de que o país se possa tornar um alvo para excursões terroristas, visto que, no momento presente, a capacidade do governo responder a esta ameaça ou possíveis ameaças de crime organizado transnacional, como o tráfico de droga, continua limitada”.*

Esta é a interpretação que fazemos sem tomarmos em conta a consideração de causas ilegais como as se traduzem em responsáveis da classe política e militar guineense estejam acusadas por alguma entidade policial internacional (como é exemplo do ex-

chefe de Estado Maior, António Indjai, ou de Papa Camará ainda Chefe do Estado Maior da Força Aérea, com mandatos internacionais). Ignorando-se quem Bubo Na Tchuto, ex-chefe do Estado-Maior da Armada e/ou os seus cúmplices, soltos depois de três anos presos nos EUA, denunciaram como estando ligado ao tráfico de drogas ou mesmo qual a extensão da rede de informadores que o americano Ranks Russel é acusado pelos jornais de ter organizado em todo o país, é possível que haja processos de investigação internacionais em curso que fragilizem pessoas que necessitam beneficiar de uma situação de imunidade para se protegerem das consequências de tais investigações. Mas até ao momento tais argumentos são especulação.

Com os militares remetidos às suas funções constitucionais de garantia da segurança e independência do país, os conflitos entre o poder executivo, legislativo e presidencial acabaram por dar um peso significativo às decisões dos tribunais, tendo o Supremo Tribunal de Justiça sido chamado a definir a conformidade ou não com a Constituição e a Lei de vários atos dos órgãos de soberania²⁷.

*Os cenários do futuro próximo*²⁸

Com este quadro político não nos parece que haja evolução positiva até à realização de eleições gerais para presidência e parlamento²⁹ e apenas podemos pensar em três cenários relativamente negativos possíveis de curto prazo e um quarto mais positivo até ao final da legislatura em 2018:

²⁷ Uma vez que a única Universidade pública tem há dezenas de anos um curso de direito a funcionar, com o apoio das Universidades portuguesas de Coimbra e Lisboa, o país tem mais advogados que qualquer outra profissão de ensino superior e assim os acórdãos dos juizes do STJ são por sua vez sujeitos ao escrutínio dos seus pares que sem ter peso legal tem peso político.

²⁸ Não se pretende aqui criar cenários estratégicos de longo prazo mas sim uma perspetiva de curto prazo com possíveis reflexos nos direitos humanos. Para o longo prazo os melhores textos ainda são INEP, (1996), Guiné-Bissau, 2025, Djitu Tem, Estudos Nacionais Prospectivos a Longo Prazo, INEP/NLTS, República da Guiné-Bissau e Sangreman, C., Júnior, F., Zeverino G. e Barros, M. (2008) Guiné – Bissau (1994-2005). Um estudo social das motivações eleitorais num Estado frágil, Lusotopie, XV (1).

²⁹ As propostas surgidas da CEDEAO de governo incluindo todas as partes (PAIGC, PRS, Outros partidos e o grupo dos 15 dissidentes) são de uma inviabilidade tal que só se explicam pela ideia que é melhor um Governo que obedeça ao presidente do que a situação atual.

1 ° a banalização do caos:

Sem uma intervenção militar à margem da lei, este quadro de incapacidade dos atores políticos eterniza-se e leva a que a instabilidade se instale e a população vá vivendo e pensando cada vez mais a sua vida num ambiente de caos das instituições, sem que prevaleça qualquer resposta coerente dentro das lógicas que apresentámos. A comunidade internacional, pouco interessada num cenário deste tipo, mas prevendo que pode evoluir ainda mais negativamente, manterá alguma cooperação e ajuda financeira mas nunca com os montantes prometidos em Bruxelas, mesmo que sucessivos governos mantenham os planos que o governo de DSP apresentou (Terra Ranka). No entanto tal irá passar por uma cada vez maior substituição do Estado na interlocução e na implementação dos programas de desenvolvimento, com situações de subcontratação de ONGs ou empresas internacionais, que respondem unicamente perante o financiador externo. Também se manterão ou agravarão um outro tipo de ações de substituição do Estado, estas da parte de populações de muitas localidades, por exemplo cotizando-se para pagar aos professores para que não haja greves, organizando a distribuição de medicamentos ou recorrendo à polícia da sua região e não aos tribunais, para resolução de conflitos. Essas mesmas populações vivendo em vilas/aldeias/tabancas percebem que há um nível de caos que se instalou e para cuja solução a nível local tem de ser elas próprias a contribuírem. A vigilância e a promoção a partir de uma visão de Direitos Humanos por instituições da sociedade civil, independentes dos órgãos de soberania torna-se importante pois este cenário é propício a evoluir para um dos restantes mais repressivos e/ou ditatoriais. Quanto mais capazes de diversificar esse tipo de vigilância e promoção, essas organizações forem, melhor.

2° o autoritarismo presidencial:

Se o presidente Jomav conseguir ter um governo legitimado pelo parlamento formado por si e obediente, com uma Assembleia que aprove orçamentos, programa de governo e legislação, terá conseguido impor a sua visão da lógica de exercício de poder político e restaurar o regime autoritário de governação que outros presidentes praticaram, assumindo na prática na sua pessoa as funções de presidente e de primeiro-ministro, como

acontece aliás noutros países da sub-região. Com a eliminação do modo de governação assente no equilíbrio e escrutínio crítico permanente entre órgãos de soberania, que a Guiné-Bissau começou a pôr em prática com sucesso, tal regime pode ter um efeito negativo nos direitos humanos de primeira geração – liberdade e direitos cívicos e políticos – com a eliminação dos focos de crítica mais revelantes³⁰, e dos direitos económicos, sociais e culturais pelo retrocesso no processo de desenvolvimento que a atitude de contenção da ajuda internacional originará. O efeito da Mesa de financiadores de Bruxelas perder-se-á ou será reduzido ficando o país e os seus parceiros à espera de eleições legislativas e presidenciais que reponham o quadro apresentado em 2014, mantendo as sanções e causando dificuldades crescentes ao Governo para assegurar fundos para a governação³¹. É um cenário que convém aos atores económicos adeptos de um liberalismo pouco regulado se não originar uma redução drástica da atividade económica. A dúvida neste cenário respeita às possíveis alterações progressivas de estratégias por parte dos diversos intervenientes à medida que se vai aproximando o fim da legislatura, com eleições gerais legislativas e presidenciais no horizonte onde os principais partidos têm de se apresentar atribuindo a culpa da instabilidade a outros actores.

3º a intervenção militar:

Os militares podem concluir que uma intervenção sua fora do quadro institucional eliminaria a instabilidade, dando origem a eleições gerais para acabar com o conflito entre o presidente e o partido que ganhou as últimas realizadas. Apesar da maioria dos militares que estavam no ativo em 2012 ainda permanecerem nas forças armadas, parece-nos o cenário menos provável, pois os militares sempre tiveram uma atuação ligada a civis que lutavam pelo poder. Pela análise que fizemos anteriormente, os grupos sociais presentes não parecem ter vantagens num cenário deste tipo que lhes tiraria todo o apoio internacional e os remeteria para uma situação semelhante ao período entre 2012 e 2014,

³⁰ Expresso sobretudo pela demissão e sua substituição de responsáveis e por uma política de atração de outros com base na tese de “união dos guineenses para o desenvolvimento” que surge em todos os discursos venham de quem vierem. Isto em paralelo com alguma repressão nas margens da lei sobre elementos sobretudo do PAIGC de que os jornais vão dando notícia.

³¹ A 6 de Setembro o Ministério da Economia e Finanças suspende todos os pagamentos do Tesouro excepto os salários (Despacho nº 4/6SET/2016) depois de uma missão do FMI.

agora com uma duração e consequências ainda mais difíceis de prever. Neste cenário os DH ficariam tão ameaçados como em 2012, pois as fontes de rendimento e de atividade, como o tráfico de droga, aumentariam de novo com as instituições completamente disfuncionais numa situação em que é fácil as violações de Direitos se intensificarem.

4º O bipartidarismo guineense:

Julgamos existir um quarto cenário que, sem interromper esta legislatura, e contribuindo apenas moderadamente para melhorar a confiança e a imagem da classe política junto da população, poderia desde já criar outro clima mais positivo social e político (já referido em Sangreman, C., Júnior, F., Zeverino G. e Barros, M. em 2008). O PAIGC³² e o PRS, ambos com força eleitoral significativa (tendo neste período o PRS demonstrado que politicamente ultrapassou a morte do seu líder histórico Kumba Yalá) e apesar dos conflitos internos que afligem ambos, podem entender-se num pacto de governo que favoreça a evolução para uma alternância partidária como existe em muitos países. Se esse pacto atender a que a principal fonte de recursos mesmo individuais ainda será por muitos anos a Ajuda internacional Pública ao Desenvolvimento, cujo acesso é feito por via das instituições estatais ou das ONG, e contemplar um processo pelo qual o partido que perde eleições não seja excluído do acesso a esses canais (por exemplo via participação em minoria num governo onde os ministros chave fossem do partido ganhador) poderemos ter um cenário de estabilidade duradoura embora com tendência para diminuir o peso dos partidos pequenos. Tal pacto permitiria que a função presidencial presente e futura fosse evoluindo para um modelo menos interventivo na governação. Os DH teriam de ser parte explícita desse acordo enveredando os grupos sociais existentes finalmente por uma prioridade absoluta às áreas de política económica e social que promovem o desenvolvimento mantendo os direitos de diferentes gerações como a educação, saúde, justiça, um bom funcionamento das instituições de poder soberano, regulação imparcial da actividade económica e uma presença republicana das forças militares e militarizadas.

³² Não pensamos que o grupo dos 15 dissidentes do PAIGC sobreviva politicamente até ao final da legislatura, devendo alguns ser recuperados pelo próprio partido, outros integrarem-se no PRS ou noutros partidos e ainda outros saírem da vida política ativa durante um período mais ou menos longo.

Todos estes cenários podem vir a incluir graus diferentes de criação e desenvolvimento das redes islamitas radicais da sub-região, com maior ou menor inserção na sociedade guineense, não só em termos de criação de retaguarda em relação a ações noutros países, mas também na construção de relações e posições de poder na sociedade guineense que hoje ainda não têm. E são conhecidas as consequências para os direitos humanos da presença dessas redes.

CONCLUSÕES

Para um país com recursos naturais suficientes para alimentar todos os habitantes, que tinha um capital internacional enorme quando declarou a independência em 1973, na sequência de uma guerra com um país europeu, com líderes respeitados de que sobressaía Amílcar Cabral, é espantosa a capacidade da classe política e militar guineense de pelo menos duas gerações criar e viver em tal nível de caos político, que pode derivar para outras ameaças como o terrorismo ou novo crescimento do tráfico de drogas. Tal torna-se ainda mais incompreensível sobretudo quando a Mesa Redonda de Bruxelas em 2014, parecia criar condições financeiras para finalmente fazer crescer de forma clara e sustentável o nível de vida da sua população em todos os seus extratos. Quanto a esta última, sobretudo a população da capital ou de fora, mas com acesso a telemóvel e televisão, continua a organizar a sua vida sem contar com a classe política para a solução dos seus problemas de desenvolvimento.

A comunidade internacional debate hoje o desenvolvimento a partir de três ameaças: primeiro, o terrorismo que se reclama de raiz muçulmana; segundo, o tráfico de drogas; terceiro, os refugiados que chegam à Europa. A falta de estabilidade na Guiné – Bissau cria um campo social de existência potencial das duas primeiras. Se a persistência de uma cultura de banalização do caos ainda não se pode considerar generalizada deve-se à convicção forte da população de que a liderança de um “chefe” pode cumprir as expectativas de vida melhor que a independência prometeu. Aliás tal é expresso frequentemente nas respostas a perguntas de rua que todos os jornais publicam. Se essa esperança se concretiza ou não na figura de Domingos Simões Pereira é ainda especulação embora a reação das pessoas nas ruas de Bissau ou em zonas de Lisboa com forte presença guineense (a que um dos autores assistiu por mais de uma vez) seja suficiente para colocar essa possibilidade. Pelas mesmas fontes, essa esperança não se concretiza, de certeza, na figura do atual presidente Jomav.

BIBLIOGRAFIA

- Bacar, M. (2010), Aspectos multidimensionais da pobreza e suas evoluções entre 2002 e 2008 em Bissau, Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional, Guiné Bissau, INEC, Bissau;
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *Guinée-Bissau in Perspectives économiques en Afrique 2016, Villes durables et transformation structurelle*, http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/ocd/development/perspectives-economiques-en-afrique-2016/guinee-bissau_aeo-2016-57-fr#page1
- Banco Mundial (2016) Poverty in a rising Africa, Kathleen Beegle e outros, World Bank Group, Green Pass Initiative, ISBN 978-1-4648-0723-7, <http://lccn.loc.gov/2016009159>.
- Banco Mundial (2014) Guinea-Bissau Country Economic Memorandum, Terra Ranca! a fresh start, Report No. 58296-GW, Setembro. http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2015/02/25/000477144_20150225112511/Rendered/PDF/582960CEM0v10G0C0disclosed020250150.pdf
- Barros, M. (2016), Entrevista Incerteza política continua na Guiné-Bissau, apesar de novo Governo, Bissau.
- Barros, M. et al (2013), “Narcotráfico na trajetória política e institucional em contextos de fragilidade de Estado: o caso da Guiné-Bissau”, in Polet, F. (Coord), *NARCOTIC La « Guerre aux drogues» en question*, Alternatives Sud, Vol. XX – 2013. N° 3.
- Carvalho, Celisa (2014), Guiné-Bissau: a instabilidade como regra, tese de mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Chabal, P. and Green, T. (orgs) (2016), Guinea-Bissau, micro-state to “narco-state”, C.Hurst & Co. (Publishers) Ltd., London.
- Ceesay, H.(2016), “Guinea-Bissau: The “narco state” and the impact on Institutions in Guinea-Bissau and Countries in the sub-Region”, in Chabal, P. and Green, T. (orgs) (2016), Guinea-Bissau, micro-state to “narco-state”, C.Hurst & Co. (Publishers) Ltd., London.
- CDEAO (2016), Feille de Route, 10 de Setembro.
- FMI (2011), Guiné-Bissau: Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, Relatório do FMI N°. 11/353.
- Forrest, J.B.(2003), Lineages of state fragility: rural civil society in Guinea-Bissau, Ohio University Press, EUA.
- Governo (2015), Guinea-Bissau: Letter of Intent, Memorandum of Economic and Financial Policies and Technical Memorandum of Understanding, Junho; <https://www.imf.org/External/NP/LOI/2015/gnb/062015.pdf>.

- Horta, R. (2013), Entrevista a GBissau.com. (consultada em jornais de 27/11/2013)
- Liga Guineense dos Direitos Humanos (2008, 2012 e 2016), Comunicados e Relatórios, Bissau;
- Martins, Geraldo (2015), Entrevista a jornal Ultima Hora, 02/04/2015;
- M'Bunde, Timóteo Saba (2016), Problema da Guiné é a redução da política a uma disputa de soma zero, Jornal O Democrata, 25/05/2016, Bissau;
- Mendes, P.R. e outros (2013), Guiné – Bissau: 40 anos de impunidade, LGDH, Bissau;
- Ministério da Economia, do Plano e Integração (2009), Recenseamento Geral da População e Habitação, edição PNUD, UNFPA, ABC, Bissau;
- O' Regan and Thompson (2013) Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África, Relatório Especial do CEEA N° 2, Junho de 2013, Centro de Estudos Estratégicos de África, Washington, D.C.
- Pequeno, O. (2014), Entrevista (consultada em jornais de 30/01/2014)
- PNUD e Ministério das Finanças (2007), Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2008-2013, Bissau;
- Sangreman, C. (2015), Observando Direitos na Guiné – Bissau, educação, saúde, habitação, água, energia, justiça e meios de subsistência, projeto Observatório de Direitos, ACEP com LGDH e CEsA, Lisboa e Bissau;
- Semedo, Odete (org) (2016), Carmen Maria de Araújo Pereira, Os meus três amores, INEP, Kebur, Bissau.
- Silva, Delfim (2014), Documentos distribuído no Congresso do PAIGC, Bissau.
- União Europeia (2014), Relatório final da missão de observação eleitoral, Eleições Presidenciais e Legislativas, Guiné Bissau.
- Vários (2016), Jornadas de Reflexão sobre estabilidade, No mistida i estabilidade, ANP 28, - Conclusões e Propostas -, memo, Bissau;
- Vários (2016), Acordo de Conacry, 14 de Outubro.

Jornais consultados:

Nô Pintcha, 29/11/2012;10/01/2013;14/03/2013;21/03/2013; 18/04/2013; 11/07/2013; 18/07/2013; 07/11/2013; 21/11/2013; 28/11/2013; 05/12/2013; 12/12/2013; 13/02/2014; 29/05/2014; 05/06/2014; 10/02/2015; 02/04/2015; 09/04/2015; 16/04/2015; 29/05/2015; 02/06/2015; 23/09/2015; 30/11/2015;16/02/2016; 22/03/2016; 31/03/2016; 26/05/2016; 07/07/2016;

O Democrata,30/11/2012; 07/01/2013;18/01/2013; 19/04/2013; 25/04/2013; 19/06/2013; 22/11/2013; 05/12/2013; 31/01/2014; 13/02/2014; 28/05/2014; 06/02/2015; 07/04/2015; 16/04/2015; 01/06/2015; 23/09/2015; 30/09/2015; 13/01/2016; 11/02/2016;17/02/2016;

24/02/2016; 21/03/2016; 31/03/2016; 25/05/2016; 01/12/2016; (versão online em <http://www.odemocratagb.com/>)

Última hora, 23/03/2012; 18/01/2013; 18/04/2013; 24/04/2013; 11/07/2013; 22/11/2013; 28/11/2013; 06/12/2013; 06/02/2014; 13/02/2014; 29/05/2014; 05/06/2014; 05/02/2015; 02/04/2015; 09/04/2015; 09/04/2015; 16/04/2015; 28/05/2015; 03/06/2015; 17/09/2015; 01/10/2015; 15/02/2016; 24/02/2016; 29/03/2016; 26/05/2016; 07/07/2016;

Donos da Bola, 22/11/2013; 29/11/2013; 05/02/2014; 29/05/2014; 04/02/2015; 02/04/2015; 03/06/2015; 23/09/2015; 01/12/2015; 11/02/2016; 18/02/2016; 25/02/2016; 31/03/2016; 05/04/2016; 27/05/2016; 07/07/2016;

Expresso de Bissau, 28/09/2012; 22/03/2013; 22/04/2013; 29/04/2013; 26/11/2013; 02/12/2013; 29/01/2014; 13/02/2014; 02/06/2014;

Gazeta de Noticias, 25/03/2013; 18/04/2013; 30/01/2014; 09/04/2015; 11/02/2016; 18/02/2016; 21/03/2016;

Bantaba de Nobas, 18/04/2013; 05/12/2013; 14/02/2014; 08/04/2015;

Diário de Bissau, 04/12/2005; 15/1/2016; 06/04/2016; 27/05/2016; 11/07/2016;

Insular, 24/04/2013;

Baloba Notícias O Futuro, 08/07/2016

Blogs ou páginas de facebook ³³

Documentos oriundos da Presidência:

- Discurso de Serifo Nhamadjo, presidente interino de transição, 24/09/2012
- Discurso de fim de ano de Serifo Nhamadjo, presidente interino de transição, 2012
- Discurso de José Mário Vaz Presidente da República da Guiné-Bissau, na tomada de posse, 23/06/ 2014
- Decreto Presidencial 05/2015 demissão do Governo de Domingos Simões Pereira

³³ Os *blogs* são um dos meios de divulgação de comunicados e discursos oficiais com muita eficácia já que os jornais não são diários mas sim semanais. Mas em geral exprimem posições com pouca fiabilidade com base em boatos ou ideias dos autores apresentadas como factos. Neste estudo foram utilizados para consulta de documentos reproduzidos os seguintes: Ditadura de consenso: <http://ditaduradeconsenso.blogspot.pt/>; O democrata: <http://www.odemocratagb.com/>; Livonildo Mendes Ildo: <http://cienciapoliticagb.blogspot.pt/>; GBissau.com: <http://www.gbissau.com/>; Progresso Nacional: <http://progressonacional.blogspot.pt/>; Novas da Guiné Bissau: <http://novasdaguinebissau.blogspot.pt/>; O máximo: <http://heitor-omximo.blogspot.pt/>; Intelectuais balantas na Diáspora: <http://tchogue.blogspot.pt/>; Ditadura do progresso: <http://ditaduradoprogresso.blogspot.pt/>. As páginas on line Guine Docs: http://www.netvibes.com/aclnsc#Guine-Bissau_News_rss; Associação dos Antigos Alunos da Escola Piloto: <https://www.facebook.com/groups/897779200309967/permalink/1059467570807795/> são mais um veículo de difusão de documentos do que instrumentos de expressão pessoal como os anteriores.

- Decreto Presidencial 06/2015 nomeação de Baciro Dja PM
- Decreto Presidencial 02/2016 segunda nomeação de Baciro Dja PM

Documentos oriundos do PAIGC ou de Governos do PAIGC:

- Discurso de tomada de posse do Governo resultante das eleições em 2014, 02/07/2014
- Discurso do primeiro-ministro por ocasião da apresentação do programa do Governo resultante das eleições de 2014 e do orçamento geral de estado na Assembleia Nacional Popular, 22/09/2014
- Carta aberta de Domingos Simões Pereira aos militantes do PAIGC, 02/2016
- Carta ao Presidente 02/02/2016
- Carta ao Presidente antes da votação do Programa do Governo s.d.
- Resolução aprovada em plenário do Comité Central de 26/11/2016

Comunicados de imprensa:

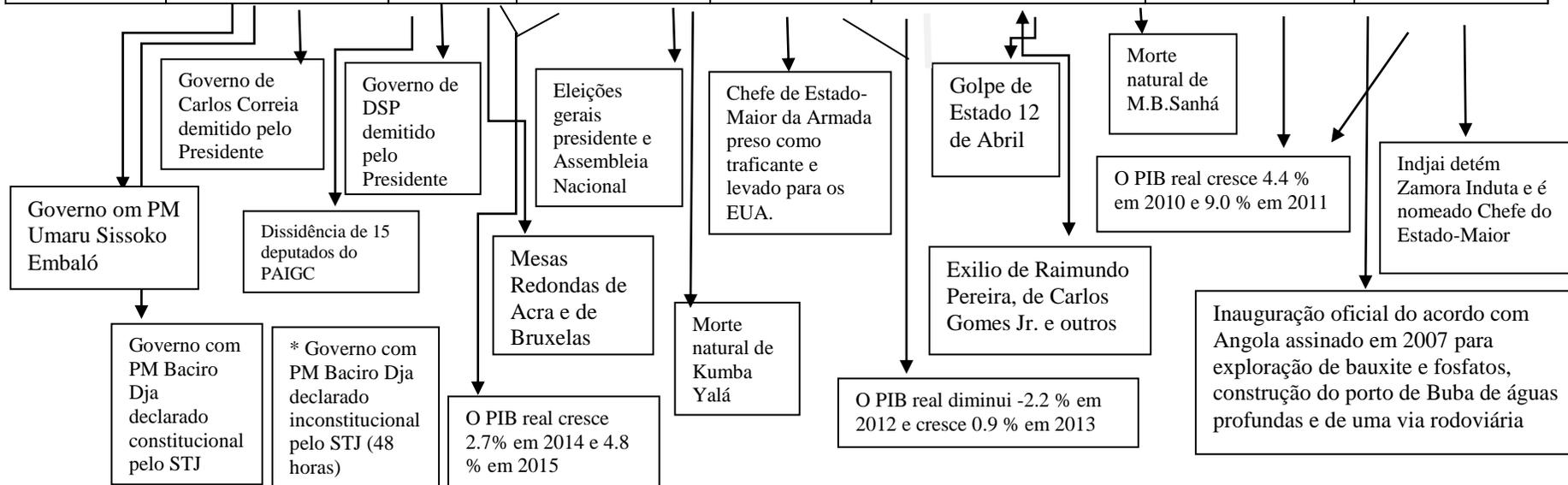
- Comunicado 09/09/2015 (PAIGC)
- Comunicado 9/05/2016 (PAIGC, PCD, UM, AD, MP e PST)

Documentos oriundos do Supremo Tribunal de Justiça, da ANP e doutros partidos com ou sem representação parlamentar:

- Comunicado à imprensa de UPG, PDSSG, UNDP, FD, PDG, UDS, LIPE, FLING, PRP, PPD, PP, MP, PADEC, CD, CNA, PDS, Partidos Políticos legalmente constituídos, 27/05/2016, de apoio ao Governo de Baciro Dja.
- Assembleia Nacional Popular (2015), Resolução nº 9/2015, de 02 de Abril.
- Supremo Tribunal de Justiça (2015), Acórdão 01/2015, de 8 de Setembro.
- Supremo Tribunal de Justiça (2016), Acórdão 02/2016, de 5 de Abril.
- Assembleia Nacional Popular (2016), Memorando sobre a crise política na Guiné – Bissau, Fevereiro, Bissau.
- Supremo Tribunal de Justiça (2016), Acórdão 04/2016, de 14 de Julho.

ANEXO I – Cronograma da evolução política da Guiné-Bissau 2010-2016

Assembleia	PAIGC+PRS+P CD+UM+15	PAIGC+PRS+PCD+PND+UM 57 + 41 + 2 + 1 + 1	PAIGC+PRS+PRID+AD+PND 67 + 28 + 3 + 1 + 1				
Presidente	João Mário Vaz		Serifo Nhamadjo	Raimundo Pereira	Malam Bacai Sanhá		
CEMFA	Biague Na N'tan		Antonio Indjai		Antonio Indjai	Zamora Induta	
Primeiro-Ministro	Baciro Dja	Carlos Correia *	Domingos Simões Pereira (DSP)	Rui Duarte Barros	Adiato Nandinga	Carlos Gomes Jr.	
ano	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010



Código de cores
Resultante de eleições
Indicação não constitucional
Interino
Nomeação constitucional
Iniciativa Presidencial

Fonte:elaboração dos autores a partir de quadro similar para 1998-2013 em O' Regan and Thompson, 2013, p.28.

edição:



acep



apoio:



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

